

APRESENTAÇÃO

(psico)pedagogização e medicalização: a disseminação dos saberes expertos no domínio da infância¹

*Sandra Caponi*²

*Leandro de Lajonquière*³

*Fernanda Martinhago*⁴

As fronteiras difusas entre o que se considera “normalidade” e o que se define como patologias psíquicas no campo da infância possibilitaram a multiplicação de novos diagnósticos de transtornos mentais em crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, a obsessão por antecipar supostos riscos difundiu a ideia de que é necessário realizar intervenções ditas preventivas nos primeiros anos de vida, criando um conjunto de estratégias para identificar pequenos signos anunciadores de uma patologia grave ainda por vir.

1 O Dossiê faz parte do Projeto Capes-Cofecub denominado “A disseminação dos saberes expertos no domínio da infância”, realizado entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil, e a Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, França.

2 Professora titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora de CNPq.

3 Professor na Universidade de São Paulo (USP), Brasil, e na Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, França.

4 Pós-doutoranda pelo Programa de Cooperação Internacional CAPES-COFECUB junto à Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, França, e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Dessa forma, os defensores dessas estratégias preventivas afirmam que a identificação prematura dos problemas de comportamento, a socialização e a aprendizagem escolar permitirão evitar transtornos psiquiátricos irreversíveis na vida adulta; argumentam que o diagnóstico precoce poderá evitar tanto a cronicidade de patologias psíquicas como a emergência, na vida adulta, de conflitos disruptivos da ordem social. Esses argumentos surgem de diversos saberes especializados referidos ao domínio da infância. Eles perseguem o objetivo de mostrar que é possível prever descaminhos considerados nocivos para o que definem como sendo o desenvolvimento *normal* de uma criança, criando, assim, uma posição hegemônica no imaginário social do que deve ser definido como “criança normal”.

O dossiê que aqui apresentamos reúne um conjunto de artigos que discutem a problemática da disseminação dos saberes expertos no domínio da infância, entendidos como vetores de psicopedagogização e medicalização, assim como as vicissitudes e os impasses que essas perspectivas apresentam para a vida de crianças e adolescentes, fundamentalmente no âmbito escolar e familiar. Os artigos que compõem este Dossiê estão articulados em torno de três grandes temas.

A primeira parte deste Dossiê dedica-se a tematizar de que modo o olhar dos especialistas redefine o mundo da infância e da adolescência em diferentes contextos históricos e sociais. São tematizados diferentes saberes – como a medicina, a pedagogia, a psicologia e a criminologia –, em diferentes espaços geográficos, especificamente Brasil e França, e em momentos históricos diferentes – desde o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial até nosso presente, marcado pelos efeitos do Covid-19 na vida cotidiana das crianças francesas –, e incluindo, também, uma abordagem crítica à “ilusão (psico)pedagógica” da escola inclusiva no Brasil.

As duas seções que seguem discutem especificamente um desses saberes expertos referidos à infância: o saber psiquiátrico. São abordadas duas grandes questões por meio das quais se edifica e constrói esse saber: a definição de diagnósticos e a prescrição de terapêuticas psicofarmacológicas. Tanto a problematização das nosologias como a história das classificações psiquiátricas referidas à infância são debatidas na segunda seção do Dossiê,

na qual são reunidos textos que discutem os processos de medicalização dos comportamentos próprios da infância, considerados disruptivos pelo saber psiquiátrico; a reconversão de manuais de diagnóstico, particularmente a trajetória do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); o surgimento de um campo de saber psiquiátrico no Brasil centrado na infância, com a criação do Instituto de Psiquiatria da Infância e da adolescência (INPD); e, por fim, a medicalização como estratégia de governo da infância própria do neoliberalismo.

A última seção do Dossiê está dedicada a questionar as intervenções terapêuticas, apresentando uma reflexão crítica sobre os processos de psicofarmacologização da vida, analisando-se intervenções psicofarmacológicas no campo da infância. Ela reúne três artigos dedicados a refletir sobre o surgimento e as estratégias de divulgação de dois antipsicóticos, a clorpromazina e a risperidona, e também sobre o uso e a difusão do metilfenidato para tratamento de crianças diagnosticadas com TDAH. A seção conclui com um estudo que apresenta dados empíricos sobre a Argentina (2008-2020), pondo em evidência o alcance do processo de expansão do uso de medicação psiquiátrica na infância, nos últimos anos.

A infância, os especialistas e seus saberes

O Dossiê inicia com um artigo de **Samuel Boussion**. O autor apresenta o resultado de uma longa pesquisa realizada a partir do estudo de registros realizados em cadernetas médico-pedagógicas de crianças órfãs, depois da Segunda Guerra Mundial. Esse estudo mostra as especificidades e a peculiaridade desses registros, as observações realizadas sobre essas crianças, as anotações médicas e psicológicas, assim como sua evolução ao longo do século XX. Mostra as tentativas dos saberes expertos, médico e psicológico de racionalizar o discurso sobre a infância “anormal”, considerando os eventos sociais e os efeitos na saúde física e mental; contudo, sem distanciar-se das antigas categorias, ligadas à explicações reducionistas e biologicistas.

A seguir, **Leandro de Lajonquière**, um dos organizadores do Dossiê, indaga o funcionamento e o estado da implantação da “escola inclusiva” no Brasil valendo-se de sua conhecida tese sobre a ilusão (psico)pedagógica, aqui oportunamente apresentada e desenvolvida. Trata-se de uma peça-

-chave do ideário pedagógico naturalizante. E, apesar das boas declarações em contrário, ela empobrece a experiência escolar das crianças, condenando-as à condição de “excluídas do interior”. O artigo propõe, situando-se no contexto dos estudos psicanalíticos em educação, a subversão epistemológica desse ideário naturalizante. O último artigo desta seção se debruça sobre o impacto que a nova realidade da pandemia de Covid-19 tem sobre a saúde mental e o desenvolvimento pedagógico das crianças. Esse fato levou **Fernanda Martinhago** a tentar compreender como as crianças e os adolescentes vivenciaram o confinamento na França. O seu artigo analisa de que modo essa experiência é expressada nas mídias francesas, analisando o discurso de crianças e adolescentes que vivenciam diretamente o confinamento. Martinhago aborda, também, as especificidades definidas pelo governo francês para o controle da pandemia, particularmente as estratégias para administrar o confinamento.

Psiquiatria da infância e adolescência

Esta seção apresenta quatro artigos que questionam o alcance, os limites e as dificuldades das classificações psiquiátricas referidas à infância. Inicia com o artigo de **Myriam Mitjavila**, que apresenta, sob uma perspectiva sociológica, uma análise dos processos de medicalização dos comportamentos disruptivos na infância a partir das classificações estabelecidas pelo saber psiquiátrico. O objetivo do estudo é analisar as construções nosológicas como parte das transformações vividas pela psiquiatria, considerando hipoteticamente, que poderia ser uma ressignificação do papel biopolítico da infância, no que concerne a um novo tipo de racionalidade que organiza as sociedades. A seguir, o artigo de autoria de **Marcia da Silva Mazon** explora o contexto que promove uma reconversão tanto dos diagnósticos e manuais, como do método de pesquisas publicadas na área da Psiquiatria infantil, destacando a emergência do TDAH. O texto apresenta reflexões sobre a indústria farmacêutica e sua relação com os novos diagnósticos psiquiátricos e iniciativas da área médica.

O artigo de **Letícia Hummel do Amaral** discute a emergência de um novo campo de saber, detendo-se no estudo da disseminação dos saberes especializados em psiquiatria do desenvolvimento para a infância

e adolescência no Brasil no século XXI. Trata-se de uma investigação documental que toma como marco geral de análise a perspectiva genealógica de Foucault e que tem como objetivo principal realizar uma análise do material divulgado e difundido pelo Instituto de Psiquiatria do Desenvolvimento para a Infância e Adolescência (INPD). Finalmente, **Mauricio Bedoya-Hernandez, Pablo León e Lina Osório**, discutem a medicalização da infância como estratégia de governo e a produção de subjetividade no neoliberalismo.

Intervenções psicofarmacológicas no campo da infância

Esta seção reúne três artigos interessados em discutir a extensão da prescrição de psicofármacos na infância, um fenômeno que, muito provavelmente, se agudizará em tempos de pandemia. A pesquisa realizada por **Sandra Caponi** apresenta uma análise do alcance de dois modelos explicativos da ação das drogas psiquiátricas proposto por Joanna Moncrieff: um modelo centrado na doença; outro, na droga. A autora analisa de que modo a indústria farmacêutica contribuiu, por meio de estratégias publicitárias, para a divulgação de que o uso de antipsicóticos promove a cura de doenças psiquiátricas. A análise está centrada em dois psicofármacos, a clorpromazina e a risperidona. Seguindo essa mesma linha de análise proposta por Moncrieff, o estudo de **Fabiola S. Brzozowski** tematiza de que forma o “modelo centrado na doença” pode influenciar o uso de medicamentos, em especial o metilfenidato (Ritalina[®]), amplamente prescrito para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Um diagnóstico ambíguo que legitima a prescrição de um tratamento psicofarmacológico para um número, cada vez mais expressivo de crianças, com problemas de comportamento ou aprendizagem na escola.

Para fechar o Dossiê, apresentamos o artigo de autoria de **Eugénia Bianchi, Silvia A. Faraone e Flávia C. Torricelli**, o qual expõe o resultado de uma pesquisa realizada na Argentina com o objetivo de retratar a transformação e a expansão da medicalização no século XXI, bem como os processos de diagnóstico e tratamento do TDAH. As autoras adotam uma perspectiva de análise crítica dos processos de medicalização, apresentando os resultados da pesquisa com dados quantitativos e

qualitativos, coletados na Argentina ao longo de 12 anos, desde o ano 2008 até o ano 2020.

Destacamos, finalmente, que este Dossiê foi organizado em tempos de pandemia e isolamento social, um contexto extremamente adverso para todos nós. Tentamos inserir aqui alguns artigos e debates sobre nossa atualidade. Adotamos uma posição crítica em relação ao impacto que certos saberes expertos, como a psiquiatria e a psicopedagogia, podem ter nos processos de medicalização da vida de crianças e adolescentes. Essa atitude crítica não deve – nem pode – ser confundida com o negacionismo científico hoje tão presente na gestão da pandemia do governo brasileiro. Discutir os limites e as dificuldades epistemológicas presentes em certos discursos com pretensão de cientificidade, longe de associar-se a qualquer forma de negacionismo científico, que adota posições contrárias ao isolamento, uso de máscaras e vacinas, parece ser uma tarefa necessária para entender os problemas implícitos nos usos sociais do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, essa abordagem crítica nos auxilia a identificar os condicionamentos sociais aos quais certos saberes estão vinculados, por exemplo, a entender o impacto da indústria farmacêutica na definição de novos diagnósticos psiquiátricos.

Trata-se, enfim, de analisar as dificuldades inerentes a certos conhecimentos científicos que interferem de maneira direta e que têm consequências na vida das crianças. Em tempos de pandemia, quando muitas pessoas relatam sentir tristeza, ter dificuldades de sono e apetite ou sentimentos de inutilidade, o recurso às estratégias de identificação de patologias psiquiátricas estabelecidas pelo Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-5) poderá levar a classificar esses sentimentos como sintomas que indicam uma patologia psiquiátrica e a prescrever intervenções psicofarmacológicas, que podem ter efeitos colaterais graves. No campo da infância, esse processo pode gerar uma expansão, ainda maior, de diagnósticos psiquiátricos e de terapêuticas psicofarmacológicas com sério impacto na vida adulta. Identificar as dificuldades e as limitações desses discursos parece ser uma tarefa urgente para aqueles que não desejam que, após a pandemia de Covid-19, a esperável multiplicação de sofrimentos psíquicos que decorre desse momento crie a oportunidade para uma profusão de diagnósticos psiquiátricos na infância.